

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO  
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Cel Art QEMA **SÉRGIO LUÍS PINHEIRO DA SILVA**

**O EMPREGO DA INTELIGÊNCIA MILITAR NO COMANDO  
CONJUNTO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INTERVENÇÃO  
FEDERAL.**



Rio de Janeiro  
2019

Cel Art QEMA **SÉRGIO LUÍS PINHEIRO DA SILVA**

**O emprego da inteligência militar no Comando Conjunto e suas contribuições para a Intervenção Federal.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar.

Orientador: Cel Inf R/1 Ricardo Ribeiro Cavalcanti Baptista

Rio de Janeiro  
2019

S586e Silva, Sérgio Luís Pinheiro da

O emprego da inteligência militar no Comando Conjunto e suas contribuições para a Intervenção Federal. / Sérgio Luís Pinheiro da Silva. —2019.

60 f ; il. ; 30 cm

Orientação: Cel Inf R1 Ricardo Ribeiro Cavalcanti Baptista  
Projeto de Pesquisa (Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

Bibliografia:

1. INTELIGÊNCIA MILITAR 2. COMANDO CONJUNTO 3. INTERVENÇÃO FEDERAL I. Título.

CDD 341.1233

Cel Art QEMA **SERGIO LUÍS PINHEIRO** DA SILVA

## O EMPREGO DA INTELIGÊNCIA MILITAR NO COMANDO CONJUNTO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INTERVENÇÃO FEDERAL.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar.

Aprovado em \_\_\_\_ de novembro de 2019.

### COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

---

RICARDO RIBEIRO CAVALCANTI BAPTISTA – Cel Inf R/1 – Dr Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

JOSÉ MARIA DA MOTA FERREIRA – Cel Art R/1 – Dr Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

ROBSON DOS SANTOS CARVALHO – Cel Art R/1 – Dr Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Ao Cap Diego Martins Graça, ao Cb Fabiano de Oliveira Santos, ao Sd João Viktor da Silva, ao Sd Marcus Vinicius Viana Ribeiro e ao Sd Thiago de Sousa Onório militares que morreram no cumprimento do dever durante a Intervenção Federal. A todos estes militares a minha melhor continência.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo dom da vida, e por me proporcionar sabedoria e persistência na execução deste trabalho.

Ao meu orientador, Cel Inf Ricardo, pela orientação imparcial e confiança dispensada, a fim de aperfeiçoar a elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

À minha mãe (*in memoriam*) Suely Pinheiro da Silva, pelo amor e dedicação na educação de seus filhos e a minha irmã Sandra pela eterna ajuda e camaradagem.

À minha esposa Ana Paula e filhos Felipe e Júlia, pelo amor incondicional, pelo carinho, compreensão e incentivo de sempre.

Ao General de Exército Braga Neto e General de Divisão Barros (GBN e GB) pela camaradagem e confiança no trabalho desenvolvido pela seção de inteligência.

A todos oficiais e praças que compuseram a seção de inteligência durante a intervenção federal, a minha melhor continência e respeito, juntos seremos sempre mais fortes.

A todos que participaram da Intervenção Federal e do Comando Conjunto, muito obrigado por seu trabalho.

“A Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro será uma janela de oportunidades para as Secretarias de Estado e Órgãos de Segurança Pública intervencionados” (Gen Div Mauro Sinott Lopes, Ch GIF, fevereiro de 2018)

## RESUMO

A intervenção federal na área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro foi uma medida excepcional estabelecida pelo Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, que a instituiu com o objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública (com prazo fixado até 31 de dezembro de 2018) e que limitou, pela primeira vez, desde a Constituição Federal de 1988, a autonomia de um ente federativo.

A gestão da segurança pública no Rio de Janeiro ficou sob a responsabilidade do governo federal que para isso nomeou para o cargo o General de Exército Walter Souza Braga Netto que já era o Comandante Militar do Leste. O Interventor Federal realizou seu estudo de situação e verificou que o emprego dos meios de inteligência militar disponíveis seria essencial para o cumprimento da missão, contudo não seria suficiente, assim logo pediu reforço dos meios ao Comando do Exército, desta maneira a atividade de inteligência serviu para embasar o processo decisório dos comandantes em todos os níveis.

Palavras-chave: 1.Inteligência militar 2. Comando Conjunto 3. Intervenção Federal.



## ABSTRACT

Federal intervention in the Public Security area of the state of Rio de Janeiro was an exceptional measure established by Decree No. 9,288, of February 16, 2018, which instituted it with the purpose of ending the serious impairment of public order (with a fixed deadline until December 31, 2018) and that limited, for the first time since the Federal Constitution of 1988, the autonomy of a federative entity.

The management of public security in Rio de Janeiro was under the responsibility of the federal government, which appointed Army General Walter Souza Braga Netto, who was already the Eastern Military Commander, to the post. The Federal Interventor carried out his situation study and found that the use of available military intelligence would be essential for the accomplishment of the mission, but it would not be sufficient, so he immediately requested reinforcement of the Army Command, so the intelligence activity served to underpin the decision making process of commanders at all levels.

Keywords: 1. Military Intelligence 2. Joint Command 3. Federal Intervention

## LISTA DE ABREVIATURAS

ADA	Amigo dos Amigos
AISP	Área integrada de Segurança pública
APOP	Agentes perturbadores da ordem pública
ARP	Aeronave remotamente pilotada
CCOMSEx	Centro de Comunicação Social do Exército
CCj	Comando Conjunto
CCTI	Centro de coordenação tático Integrado
CML	Comando Militar do Leste
Cmt/Ch	Comandante/Chefe
ChEM Cj	Chefe do Estado-Maior Conjunto
CV	Comando Vermelho
DD	Disque denuncia
DISPERJ	Doutrina de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro
DPJM	Delegacia de Polícia Judiciária Militar
EISPERJ	Estratégia de Inteligência de Segurança Pública
E2	Chefe de Inteligência do CML
SARP	Sistemas de aeronaves remotamente pilotadas
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
IPM	Inquérito Policial Militar
ISP	Instituto de Segurança Pública
MPM	Ministério Público Militar
MPU	Ministério Público da União
NI	Necessidade de inteligência
O Lig	Oficial de Ligação
OM	Organização Militar
ORCRIM	Organização Criminosa
POLISPERJ	Política de inteligência de segurança pública do estado do Rio de Janeiro
OSP	Órgãos de Segurança Pública
SISPERJ	Sistema de inteligência de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro

## Janeiro

TC	Terceiro Comando
TCP	Terceiro Comando Puro
TBI	Tropa de Busca Imediata
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1	Ações comunitárias.....	44
Gráfico 2	Indicadores de roubo de carga.....	47
Gráfico 3	Operações Dínamo.....	48
Gráfico 4	Apreensões de veículos fruto de roubos e furtos .....	49
Gráfico 5	Indicadores de roubo de veículos.....	50
Gráfico 6	Agentes de segurança mortos.....	51
Gráfico 7	Número de patrulhas na Zona Sul.....	52
Gráfico 8	Número de revistas por mês.....	53
Gráfico 9	Ação por comunidades e bairros.....	53

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1	Organograma da Central de Inteligência .....	31
Figura 2	Imagem do ARP na Comunidade da Chatuba.....	34
Figura 3	TBI da Bda Inf Pqdt em ação com a PCERJ.....	37
Figura 4	Integração PMERJ com as tropas do CCj.....	39
Figura 5	Revista de pessoal.....	43
Figura 6	Exemplo de mancha criminal.....	47
Figura 7	Patrulhamento das praias da Zona Sul.....	52

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA .....	18
1.2	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	18
1.3	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA.....	19
1.3.1	Hipótese.....	19
1.3.2	Variáveis.....	19
1.4	OBJETIVOS .....	20
1.4.1	Objetivo Geral.....	20
1.4.2	Objetivos Específicos.....	20
1.5	METODOLOGIA .....	20
<b>2</b>	<b>RIO DE JANEIRO E O EXÉRCITO BRASILEIRO ANTES DA INTERVENÇÃO FEDERAL.....</b>	<b>20</b>
2.1	REPUTAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	20
2.2	PESQUISAS DE RECONHECIMENTO E CONFIANÇA.....	21
2.3	SITUAÇÃO DO RIO DE JANEIRO ANTERIOR A INTERVENÇÃO FEDERAL.....	22
2.4	AS ORCRIM E O AVANÇO DAS MILÍCIAS NO RIO DE JANEIRO.	23
2.4.1	Comando Vermelho.....	23
2.4.2	Terceiro Comando.....	24
2.4.3	Amigo dos Amigos.....	24
2.4.4	Milícias.....	25
2.5	O PERÍODO DE GLO ENTRE JULHO DE 2017 E INÍCIO DA INTERVENÇÃO FEDERAL .....	26
2.6	FURACÃO DE QUATRO ESTRELAS	27
<b>3</b>	<b>APRESENTAR A ESTRUTURA DE INTELIGÊNCIA DO COMANDO CONJUNTO.....</b>	<b>28</b>
3.1	O COMANDO CONJUNTO.....	28
3.1.1	A Célula do D2.....	28
3.1.2	Confecção da Necessidade de Inteligência .....	29
3.1.3	Estudo de situação .....	29
3.1.4	Construção das Cartas das Áreas de Operações.....	30

<b>3.2</b>	<b>A CENTRAL DE INTELIGÊNCIA.....</b>	<b>30</b>
3.2.1	Constituição da Central de Inteligência.....	31
3.2.2	Tarefas Executadas.....	31
3.3	OFICIAL DE INTELIGÊNCIA DO CML.....	32
3.4	A COMPANHIA E OS GRUPOS DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA .....	33
3.5	AGÊNCIA DE INTELIGÊNCIA NÍVEL BRIGADA E BATALHÃO.....	33
3.6	O USO DA AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA .....	34
<b>4</b>	<b>A ESTRUTURA DE INTELIGÊNCIA DO ESTADO DO RJ.....</b>	<b>35</b>
4.1	CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE DE INTLG NO RJ.....	35
4.2	SUBSECRETARIA DE INTELIGÊNCIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA.....	35
4.3	A INTEGRAÇÃO COM O CENTRO DE COORDENAÇÃO TÁTICO INTEGRADO.....	36
4.4	DISQUE DENÚNCIA.....	36
4.5	LIGAÇÕES COM OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	37
4.5.1	Integração com a PCERJ.....	38
4.5.2	Integração com a PMERJ.....	38
4.5.3	Integração com a Polícia Federal.....	39
4.5.4	Integração com a Guarda Municipal e com a Força Nacional de Segurança .....	40
4.6	MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO POR REGIÃO ESPECÍFICA.....	40
4.7	INTEGRAÇÃO COM O MPU/MPM.....	41
4.8	INTEGRAÇÃO COM O GRUPO ESTRATÉGICO DA PGR.....	41
<b>5</b>	<b>AS AÇÕES DE INTELIGÊNCIA DO CCJ E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INTERVENÇÃO FEDERAL.....</b>	<b>42</b>
5.1	AÇÕES DE INTELIGÊNCIA DO COMANDO CONJUNTO.....	42
5.2	CONTRIBUIÇÕES PARA A INTERVENÇÃO FEDERAL.....	44
5.2.1	Ação comunitária.....	44
5.2.2	Reorganização da SSINTE.....	45
5.2.3	Diminuição dos índices de roubo de carga.....	46
5.2.4	Diminuição dos índices de roubo de carros.....	49
5.2.5	Diminuição de mortes de agentes de segurança pública.....	50

5.2.6	Aumento da sensação de segurança.....	52
5.3	AÇÕES DE CONTRAINTELIGÊNCIA DO COMANDO CONJUNTO.	54
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>57</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>60</b>





(ISP), as ocorrências criminais no período não tenham excedido as de outros anos, a percepção do público foi bem diferente. ( Relatório Nº 1 do Observatório da Intervenção).

A gestão da segurança pública no Rio de Janeiro ficou sob a responsabilidade do governo federal que para isso nomeou um Interventor. Foi nomeado para o cargo o General de Exército Walter Souza Braga Netto que já era o Comandante Militar do Leste.

O Interventor Federal realizou seu estudo de situação e verificou que o emprego dos meios de inteligência militar disponíveis seria essencial para o cumprimento da missão, contudo não seriam suficientes, assim logo pediu reforço dos meios ao Comando do Exército.

A atividade de inteligência serviu para embasar o processo decisório dos comandantes em todos os níveis. Desta maneira a célula do D2 (Chefe da Inteligência do Comando Conjunto) norteou seu trabalho para que o Comandante do Comando do Conjunto pudesse planejar as mais de 240 (duzentos e quarenta) operações que foram realizadas durante a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro.

Nesta ocasião, foram utilizados todos os meios de inteligência militar possíveis para atingir os objetivos propostos pelo Gabinete de Intervenção Federal. Boas práticas que refletiram positivamente nos resultados alcançados e que se seguidas atenuaria a violência no Estado.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como desenvolver a atividade de Inteligência em um Estado falido, com os Órgãos de Segurança Pública que não inspiravam confiança, mantendo a credibilidade que as Forças Armadas possuem e com a responsabilidade de diminuir os índices de violência.

## 1.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Serão estudadas as atividades de inteligência militar durante a decretação da garantia da lei e da ordem em julho de 2017, até o término da intervenção federal em 31 de dezembro de 2018. Não será estudada ou analisada a inteligência no Gabinete de Intervenção Federal, pela atividade ser bastante restrita e não provocar resultados significativos nas ações do Comando Conjunto.

### 1.3 CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA

O presente trabalho contribuirá para as ações do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no tocante a ações exitosas que foram realizadas durante a intervenção federal, no Comando Conjunto, que pode ser utilizada pela Secretaria de Polícia Civil e pela Secretaria de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

#### 1.3.1 Hipótese

A atividade de inteligência desenvolvida no Comando Conjunto proporcionou os meios necessários para a Intervenção Federal apoiar os Órgãos de Segurança Pública na execução de suas tarefas contribuindo para uma baixa significativa nos índices de violência de acordo com os dados do Instituto de Segurança Pública.

#### 1.3.2 Variáveis

As variáveis da presente pesquisa têm por finalidade verificar de que forma as ações de inteligência militar interagiram para propor soluções favoráveis ao emprego da tropa e dos órgãos de segurança pública. E de que maneira a inteligência dos órgãos de segurança pública contribuiu para aumentar a efetividade no combate a criminalidade e a diminuição da violência.

A variável dependente será os índices de violência que deveram sofrer redução, em relação aos anos anteriores, de acordo com o cumprimento, por parte das Secretarias de Estado e OSP, dos compromissos estabelecidos pela Intervenção Federal.

A variável independente será medida por intermédio da constatação da participação ou não das agências de inteligência militares e civis no cumprimento das diversas ações conjuntas dentro dos compromissos estabelecidos por parte das Secretarias de Estado e OSP com a Intervenção Federal.

Dessa forma, será possível verificar se os objetivos estabelecidos pelo GIF atingiram o propósito de diminuir os índices de violência e aumentar a sensação de segurança, apoiados no desempenho positivo das atividades de inteligência militar com reflexos favoráveis para a Intervenção Federal.

## 1.4 OBJETIVOS

### 1.4.1 Objetivo Geral

Mostrar as ações de inteligência que foram realizadas pelo Comando Conjunto, durante a Intervenção Federal e suas contribuições para o êxito da missão imposta ao Comando do Militar do Leste.

### 1.4.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar a estrutura de inteligência do Comando Conjunto;
- b) Apresentar a estrutura de inteligência da Central de Inteligência;
- c) Apresentar a estrutura de inteligência do Estado do Rio de Janeiro;
- d) Analisar as ações de inteligência realizada pelo Comando Conjunto;
- e) Apresentar as contribuições da inteligência para a Intervenção Federal;

## 1.5 METODOLOGIA

Será utilizado o método de pesquisa descritiva com a finalidade de analisar as operações de inteligência, partindo de uma revisão bibliográfica composta por autores da área. A proposta é traçar um padrão de atividades que possa ser trabalhada e aplicada em outras Intervenções.

Partindo dos conceitos apresentados pelos autores da área de segurança pública e inteligência, o trabalho analisará a abordagem destes temas e como ele se enquadraria na prática com as atividades de inteligência desenvolvidas no Comando Conjunto.

## **2. RIO DE JANEIRO E O EXÉRCITO BRASILEIRO ANTES DA INTERVENÇÃO FEDERAL**

### 2.1 REPUTAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

A história do Exército Brasileiro que começou na Batalha de Guararapes, em 1645, confunde-se com a formação da nacionalidade brasileira. Sempre presente em todas as atividades nacionais, a Instituição Verde Oliva faz parte da vida da Nação. Palavras como: patriotismo, ordem, disciplina, respeito entre outras, estão sempre relacionadas aos homens do braço forte e da mão amiga.

A valorização do correto, do justo fez do Exército uma instituição com credibilidade nacional e até mesmo internacional. Por conta disso, quando há uma necessidade, o executivo federal, não tem dúvida em empregar a Força.

Foram muitas missões de emprego, não só em GLO, mas também em varias ações subsidiárias<sup>2</sup>.

O resultado final tem sido amplamente positivo e o maior motivador para empregar as tropas, pois de uma forma geral a missão é cumprida com êxito e a baixo custo, ainda que em algumas missões não se possa avaliar financeiramente o resultado obtido.

Este saldo favorável deu ao Exército Brasileiro um renome, um prestígio, uma consideração, bem maior do que as outras instituições brasileiras possuem. A todas essas características pode-se chamar de reputação. De acordo com Cristina Panella, em seu site de Consultoria e Curadoria, reputação é como o vínculo de confiança estabelecidos entre públicos e empresa, vínculos esse das esferas cognitivas e racional (<http://cristinapanella.com.br/o-que-e-reputacao>, 03/04/2019 2030hrs).

Considerando o início da Intervenção Federal, resta a dúvida, como o Exército Brasileiro seria capaz de manter sua reputação inabalada? Quanto a Instituição estaria disposta a pagar ou ceder durante o cumprimento da missão? Seria possível atingir os objetivos propostos sem abalar a reputação conquistada ao longo de séculos?

## 2.2 PESQUISAS DE RECONHECIMENTO E CONFIANÇA

A reputação do Exército trouxe para a população a certeza de trabalho sério, dedicado, disciplinado e organizado. Além de todas estas qualidades, há também os valores que são cultuados pela Força. Em um país onde virtudes são trocadas por vícios, cultivar aspectos que fazem bem ao cidadão torna a Instituição mais admirada e forte.

---

2

Ações subsidiárias- Em caráter complementar às suas atribuições constitucionais, as forças Armadas realizam ações subsidiárias que contribuem com o desenvolvimento nacional e a Defesa Civil. Marinha, Exército e Aeronáutica atuam diretamente junto a diversos segmentos da sociedade, participando da vida da população no apoio a eventos comunitários, ações cívico-sociais, campanhas de saúde e no socorro a vítimas de desastres naturais.

A fim de confirmar a opinião pública sobre a imagem da Instituição, o Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx), contratou, em 2015, a empresa MK Pesquisa, para planejar, conduzir, executar e tabular dados de uma pesquisa de opinião de âmbito nacional, a fim de identificar o conhecimento e a imagem que a sociedade brasileira possui da Força. O resultado mostrou que 80,1% acredita que o Exército Brasileiro ainda é uma instituição séria e confiável.

Em pesquisa realizada pelo Instituto Data Folha e publicada no sítio da UOL em 24 de junho de 2017, mostrou que as Forças Armadas são a instituição em que a população deposita maior confiança no país. Na pesquisa, 40% da população diz confiar muito nas Forças Armadas e 43% confiam um pouco. (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1895770-04/04/19-2100-horas>).

Este nível de confiabilidade foi colocado à prova durante a Intervenção Federal. Toda vez que a tropa ia para rua, os índices de confiabilidade poderiam diminuir. Um erro grave poderia até interromper a Intervenção.

Que ferramentas possuía o interventor para atuar, de tal forma que mantivesse o moral da tropa elevado, a eficiência operacional, o controle da narrativa, sem perder o foco na confiabilidade da população carioca.

Neste contexto a Inteligência permeou todas as atividades operacionais e administrativas, o que facilitou a tomada de decisão dos comandantes em todos os níveis e deu segurança a tropa no cumprimento da missão.

### 2.3 SITUAÇÃO DO RIO DE JANEIRO ANTERIOR A INTERVENÇÃO FEDERAL

Desde o início da década de 1990, o Rio de Janeiro vem solicitando o emprego do Exército para reforçar as ações de segurança no Estado. Foram cerca de trinta anos utilizando as forças federais sem nenhum planejamento estratégico favorável ao combate da violência urbana.

No campo Político o estado passou por anos de incompetência administrativa e corrupção. Fruto desta atuação catastrófica, o Rio de Janeiro tem hoje dois ex-governadores preso e mais dois estão aguardando solução na justiça.

No tocante a economia, o Estado encontrava-se falido. Durante os dois últimos anos, foi constante o atraso no pagamento dos salários do funcionalismo estadual. A elite ligada ao Governador continuou enriquecendo sem se preocupar com a gestão do estado. A corrupção foi desmascarada, porém o resultado, como não poderia deixar de ser, trouxe reflexos altamente negativos. O regime de recuperação fiscal

iniciado em 2018, ainda não deu resultados e o crescimento da economia ainda é uma incógnita.

Quanto aos órgãos de segurança pública, estes encontravam-se sucateados, com formação técnica deficiente e pouco comprometidos com a atividade fim. Embora o efetivo da Polícia Militar e Polícia Civil seja em torno de 60 mil agentes de segurança, era comum a reclamação por efetivo insuficiente, mesmo em períodos mais tranquilos.

A violência não deu trégua no ano de 2017. Índices de roubo de cargas, roubo de veículos e roubo a transeuntes cresceram. Os órgãos de segurança pública não foram capazes de diminuí-los. Como consequência a cidade ficou mergulhada em uma onda de crimes.

## 2.4 AS ORCRIM E O AVANÇO DAS MILÍCIAS NO RIO DE JANEIRO

O aparecimento de grupos armados Rio de Janeiro não é recente. Ele data da década de 70/80, e tem sua origem em vários aspectos, entre eles o da degradação das comunidades mais pobres da cidade, fruto da completa ausência do Estado nos setores da educação, saúde e segurança.

No entendimento de Ivan Luiz da Silva (1998, p. 52) a origem do crime organizado no Brasil encontra-se em duas fontes. A primeira delas consiste na natural evolução e crescimento da atividade criminosa individual para a prática de crimes através de quadrilhas especializadas em determinados tipos de crimes. A segunda fonte seria a ajuda, através de conhecimentos e táticas de guerrilhas e organização, transmitida pelos presos políticos aos presos comuns.

De uma forma geral, pode se dizer que no Rio de Janeiro atuam as milícias e três facções criminosas, as quais comprometem a ordem e a segurança pública, no tocante ao tráfico de drogas, armas, roubos de cargas e automóveis, além de outros delitos.

### 2.4.1 Comando Vermelho (CV)

O Comando Vermelho (CV) foi a primeira grande organização criminosa criada no país, nascendo da mistura entre presos políticos e os mais temidos assaltantes de bancos. Esta organização criminosa também ficou conhecida como CVRL, em homenagem a Rogério Lemgruber, um dos mentores da Falange Vermelha. A Facção foi criada nos anos de 1970, no Instituto Penal Cândido Mendes, no presídio da Ilha Grande, em Angra dos Reis, Rio de Janeiro.

Ao final dos anos de 1980, passou a se chamar CV e já dominava cerca de 90% das 480 comunidades que existiam na cidade do Rio. A organização possui ramificações em diversos estados brasileiros e é a maioria no sistema penitenciário carioca, além de maior organização criminosa da cidade, porém vem perdendo território para outras facções entre elas as milícias armadas.

#### 2.4.2 Terceiro Comando (TC)

Não há clareza quanto a criação do Terceiro Comando (facção que deu origem ao Terceiro Comando Puro). Desta maneira acredita-se que tenha surgido da falange jacaré, que era contrária ao comando vermelho, ou que tenha sua origem de uma dissidência do CV, com a colaboração de policiais que passaram para o lado do crime.

Na metade da década de 90, o Terceiro Comando (TC) aliou-se para fins de negócios a outra facção, a ADA (Amigos dos Amigos), fortalecendo o controle de suas áreas e ampliando o comércio de drogas. Contudo em 2002, Fernandinho Beira Mar (Luiz Fernando da Costa) do CV, liderou uma rebelião no presídio “Bangu Um” que culminou com a morte de membros do TC, entre eles, Ernaldo Pinto de Medeiros (Uê). Cabe salientar que Uê emboscou e matou Orlando Jogador, líder carismático do CV, que era muito bem quisto pela comunidade do Complexo do Alemão.

#### 2.4.3 Amigo dos Amigos

A Organização Criminosa ADA, também foi criada no sistema penitenciário carioca. Diferentemente de outras ORCRIM, a Amigos dos Amigos (ADA) transformou-se em uma verdadeira empresa narcotraficante, com setores de aquisição de matéria prima, transporte, refino, distribuição em pontos de vendas e o comércio propriamente dito.

No início do ano de 2017, a ADA esteve próxima de seu fim. Em reuniões da facção, seu principal líder, Celsinho da Vila Vintém, havia autorizado a ida de membros da ORCRIM para outras facções. Mas este término não se concretizou. Pode-se afirmar que houve uma diminuição nas comunidades controladas pela ADA.



#### 2.4.4 Milícias

O Estado do Rio de Janeiro possui um grande número de organizações milicianas e que, inicialmente, foram vistas como uma alternativa positiva frente às Organizações Criminosas voltadas ao tráfico de drogas. Isto porque, os milicianos se apresentavam para a população de comunidades carentes, alegando que iriam combater o tráfico de drogas e trazer tranquilidade para a população.

O doutor em Sociologia Glaucio Ary Soares, pesquisador do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), explica que os milicianos foram, a princípio, bem recebidos pelos moradores. “Houve um apoio até maior do que o esperado às milícias. Aos poucos, os novos chefes do morro passaram a extorquir comerciantes e moradores, obrigá-los a consumir os serviços que ofereciam. Percebeu-se que era só mais uma forma de domínio territorial.” (Revista Veja, <https://veja.abril.com.br/brasil/depois-dos-trafficantes-o-desafio-de-acabar-com-as-milicias/>, 18 março de 2019, 2035 horas)

No ano de 2010, as milícias controlavam 41 (quarenta e uma) comunidades no Rio de Janeiro, atualmente são cerca de 80 (oitenta) comunidades controladas por milicianos.

Na década de 1990, Rio das Pedras foi uma das primeiras comunidades do Rio de Janeiro, com atuação de um grupo aos moldes de milícia, comandada então pelo inspetor da Polícia Civil Felix Tostes, sendo este assassinado em 2008, pouco tempo após ter sido afastado da instituição.

As milícias cariocas possuem a peculiaridade de serem formadas por agentes públicos ou ex-agentes públicos, sendo a maioria deles policiais militares, policiais civis, bombeiros, agentes penitenciários e membros das forças armadas que foram para reserva não remunerada.

Historicamente as milícias são a ORCRIM com maior imersão e capilaridade dentro da política fluminense. No último pleito eleitoral, elas interagiram com candidatos. Houve cobrança de taxas para campanha em áreas de influência, bem como apoio a alguns candidatos.

“Até a eleição de 2008, a milícia tinha um braço político muito mais visível e público do que o tráfico. “Tudo indica que existia naquele momento um projeto político por trás disso: autoridades defendiam as milícias, os policiais milicianos eram nomeados em funções de confiança. Era um projeto político que incluía várias

pessoas do alto escalão da secretaria de segurança da época”, afirma o sociólogo Ignácio Cano, do Laboratório de Análise de Violência da UERJ”.(Revista Veja, <https://veja.abril.com.br/politica/milicias-rondam-a-campanha-eleitoral-no-rio>, 18 março de 2019, 2125 horas).

Eventos recentes tem demonstrado o poder das milícias seja nos confrontos com o Comando Vermelho pelo Complexo de Jacarepaguá ou mesmo na grilagem de áreas para a construção de prédios irregulares, em região carente, como ocorrido na Comunidade do Muzema onde um prédio desabou e outros foram construídos de forma irregular, colocando em risco a vida da população.

Independente da facção criminosa, hoje, o crime organizado domina grande parte do estado do Rio de Janeiro. Desta maneira sem uma inteligência eficiente, a missão dos órgãos de segurança pública pode não atender as demandas da sociedade.

## 2.5 O PERÍODO DE GLO ENTRE JULHO DE 2017 E INÍCIO DA INTERVENÇÃO FEDERAL

No início das ações de Garantia da Lei e da Ordem no Rio de Janeiro, em 26 de julho de 2017, as atividades de inteligência estavam bastante restritas. A Central de Inteligência do Comando Militar do Leste estava com seu efetivo mínimo, sem o reforço de Centro de Inteligência do Exército e sem o apoio dos demais órgãos de segurança pública.

O efetivo empregado na atividade de inteligência era o de dotação orgânica das Organizações Militares, que naturalmente já possuíam limitações para as demandas rotineiras. Nesta oportunidade o pessoal empregado teve que se desdobrar entre as ações típicas da atividade militar e também prover os conhecimentos necessários para a tropa que estava cumprindo missão com os órgãos de segurança pública.

O uso da aeronave remotamente pilotada (ARP) foi limitado ao máximo, pois não havia recurso específico e a quantidade de horas de voo destinadas para esta aeronave foi reduzida.

Com relação ao relacionamento com os Órgãos de Segurança Pública pode-se afirmar que este era muito restrito. A coordenação era feita apenas entre o Chefe

do Estado Maior do CCj e o Chefe de Operações da Secretaria de Segurança. Às vezes participavam desta reunião o D2/D3 do Comando Conjunto.

Não havia uma integração entre a inteligência do Comando Conjunto e a Subseção de Inteligência da Secretaria de Segurança. Como a GLO estava atrelada a solicitação da Secretaria de Segurança, a quantidade de operações foi muito pequena, não se justificando de fato o emprego da tropa no terreno.

## 2.6 FURACÃO DE QUATRO ESTRELAS

Na quinta feira anterior ao início da Intervenção Federal houve uma reunião entre o Presidente da República Michel Temer, o Ministro da Defesa Raul Jungmann, o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional General de Exército Sérgio Etchegoyen, o Governador do Estado do Rio de Janeiro Pezão. Nesta ocasião, foi articulado a Intervenção Federal no Estado. A responsabilidade de conduzir esta missão foi dada ao General de Exército Walter Souza Braga Netto, que na oportunidade estava comandando o Comando Militar do Leste.

O General Braga Netto foi pego de surpresa. Ele tomou conhecimento da sua nova função após a reunião, por meio de um telefonema. No dia seguinte, o Gen Interventor seguiu para Brasília para participar de uma reunião com o Presidente.

A surpresa na missão determinada ao Gen Braga Netto fez os oficiais de AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) componentes do Comando Conjunto e do CML lembrar de um exercício comum das armas da nossa estimada Academia. Era o Manda Brasa da Infantaria ou o Furacão da Cavalaria<sup>3</sup>. Dormir Comandante Militar do Leste e acordar governador do Estado do Rio de Janeiro no tocante a segurança pública foi uma surpresa para o Gen Braga Netto.

Dez meses foi o tempo que o Interventor teria para mostrar o que os militares do CML já sabiam, o comandante iria cumprir a missão. Para os integrantes do CML em particular os integrantes da seção de inteligência não seria novidade<sup>3</sup>, o jeito simples e abnegado do General faria toda a diferença na intervenção federal.

---

3

Manda Brasa / Furacão da Cavalaria – Exercício surpresa de adestramento em patrulhas realizado por cadetes da AMAN e alunos da ESA. A atividade inopinada no qual os cadetes recebem uma missão de patrulha para planejar e executar.

Considerando os princípios de guerra, o interventor apropriou-se da simplicidade para conduzir seus trabalhos, sempre dando especial atenção para a inteligência, pois sabia que o sucesso da missão dependia muito deste recurso.

Para iniciar os trabalhos, o interventor estruturou as ações com um viés administrativo (a cargo do General de Divisão Laélio), um viés estruturante (com o General de Divisão Sinotti), um viés operacional com o comandante do Comando Conjunto (General de Divisão Barros) e concluindo com o Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro (General de Divisão Richard).

Em que pese às dificuldades para trazer a tranquilidade e a segurança para o Estado do Rio de Janeiro, o general interventor foi hábil o suficiente para conduzir todas as atividades, mantendo o controle das ações, apoiado pela inteligência militar. Sem o apoio cerrado desta atividade, seria difícil alcançar o êxito no cumprimento da missão.

### **3. APRESENTAR A ESTRUTURA DE INTELIGÊNCIA DO COMANDO CONJUNTO**

#### **3.1 O COMANDO CONJUNTO**

##### **3.1.1 A célula do D2( Chefe da Inteligência do CCj)**

A célula do D2 foi estruturada com: quatro oficiais superiores, sendo três do Exército e um da Marinha do Brasil; um oficial intermediário da Força Aérea Brasileira; dois sargentos do Exército oriundos da Central de Inteligência do CML e um suboficial da Marinha especialista em cibernética.

Os oficiais superiores revezavam-se como responsáveis pela condução da Inteligência, de tal forma que, para cada região, tinha-se um especialista na área. Desta maneira, ao iniciar uma operação, o especialista para aquela comunidade ou atividade, produzia os conhecimentos e apresentava o *briefing* de inteligência tanto para o Comandante Conjunto quanto para a tropa que seria empregada.

O oficial intermediário ficou responsável pelo controle/emprego da aeronave remotamente pilotada (ARP) que produzia conhecimentos para as localidades determinadas pelo D2 e com a devida autorização do comandante conjunto, tendo em vista o auto custo para o emprego deste meio.

Os sargentos ficaram com a incumbência da preparação das ambientações de Inteligência, construção e gestão da mapoteca e outras demandas de contra inteligência.

### 3.1.2 Confeção da Necessidade de Inteligência

No GIF (Gabinete da Intervenção Federal)<sup>4</sup> foram estabelecidas, no nível estratégico, as áreas de atuação das operações do Comando Conjunto e dos OSP, visando diminuir a ostensividade dos agentes perturbadores da ordem pública (APOP) e aumentar a sensação de segurança da população do Estado do Rio de Janeiro.

No CCj, essas áreas de operações foram tabuladas para estudo e planejamento. Visando facilitar as ações, foram definidos: o oficial de operações que era o responsável por planejar a manobra e o oficial de Inteligência que tinha a incumbência de produzir os conhecimentos necessários da área problema.

Dentro da divisão aprovada pelo Chefe da Célula de Inteligência, cada oficial superior ficou responsável por um número determinado de operações. Cabia a este levantar os dados necessários para o cumprimento da missão e manter o D-2 informado da consciência situacional.

### 3.1.3 Estudo de situação

O Oficial de Inteligência designado produzia um documento chamado necessidades de inteligência (NI), que continha: caracterização da área (área de operações, aspectos climáticos e trafegabilidade); aspectos gerais (pontos de observação, pontos de interesse e locais para pouso de aeronaves de asas rotativas); aspectos específicos (dados sobre organizações criminosas); e aspectos especiais (prazos e outros aspectos julgados úteis).

A NI era remetida à Central de Inteligência do CML, após ser assinada por uma das autoridades competentes: Cmt Cj, ChEM Cj ou Ch D2.

A partir do recebimento da NI, a Central de Inteligência lançava as suas capacidades (órgãos de Inteligência, banco de dados disponível na Central, guerra eletrônica, geointeligência e cibernética) na coleta e busca dos conhecimentos.

Ao final, era produzido o estudo de situação sobre a área de operações que seria traduzido pelo integrante da célula D2 em forma de apresentação, a ser realizada para os oficiais de Inteligência das tropas empregadas e para o Comandante Conjunto.

---

4 Gabinete de Intervenção Federal- Estrutura planejada pelo Interventor federal com a finalidade de planejar o futuro da Segurança Pública do Rio de Janeiro.

### 3.1.4 Construção das Cartas das Áreas de Operações

Concomitantemente à construção do Estudo de Situação por parte da Central de Inteligência, a carta de situação produzida pela geointeligência era abastecida de dados de interesse como: facções criminosas presentes nas comunidades a serem trabalhadas e no entorno da região de operações; principais vias de acesso para a tropa e possíveis deslocamentos de APOP; homizio de criminosos; de armamentos, munições e entorpecentes; de bocas de fumo; de contenções físicas (obstáculos); de contenções armadas (traficantes armados); de reunião de criminosos; de festas frequentadas por traficantes; pontos de olheiros; de desmanches de veículos; de esconderijo de cargas roubadas; cemitérios clandestinos; entre outros existentes na área.

As unidades de ensino foram demarcadas como área de atividades proibidas, com máxima restrição de fogos e mínima ocupação no seu entorno, desta forma, diminuía o risco para os estudantes e professores nos estabelecimentos de ensino.

As clínicas e hospitais eram identificadas nas cartas para que não se prejudicasse o atendimento a populares além de facilitar a evacuação de APOP feridos. Prévio reconhecimento de instalações de OSP era realizado, para que se buscasse apoio em trabalho integrado ou para conduzir presos, fruto de cometimento de infração penal comum (Em caso de crimes militares a condução era feita para a DPJM).

## 3.2 A CENTRAL DE INTELIGÊNCIA

De acordo com o manual EB70-MC-10.302, a Central de Inteligência foi o local onde analisou-se os dados e conhecimentos em apoio a determina missão ou operação facilitando a tomada de decisão do Interventor federal ou do Comandante Conjunto.

Inicialmente, montou-se as instalações (mobiliário, equipamentos e pessoal) da Central em uma sala pertencente à 2ª Seção do CML, valendo-se dos recursos já existentes, cuja finalidade era de apoiar as operações de GLO contra o crime organizado no Rio de Janeiro, a qual perdurou de julho de 2017 até o início da Intervenção Federal.

Naquele período foram detectadas necessidades tanto de material quanto de pessoal, fruto das inúmeras demandas de inteligência em apoio às Operações Militares, fato este, que motivou a solicitação de apoio ao Centro de Inteligência do Exército (CIE), principalmente no tocante a pessoal especializado para a função.

### 3.2.1 Constituição da Central de Inteligência

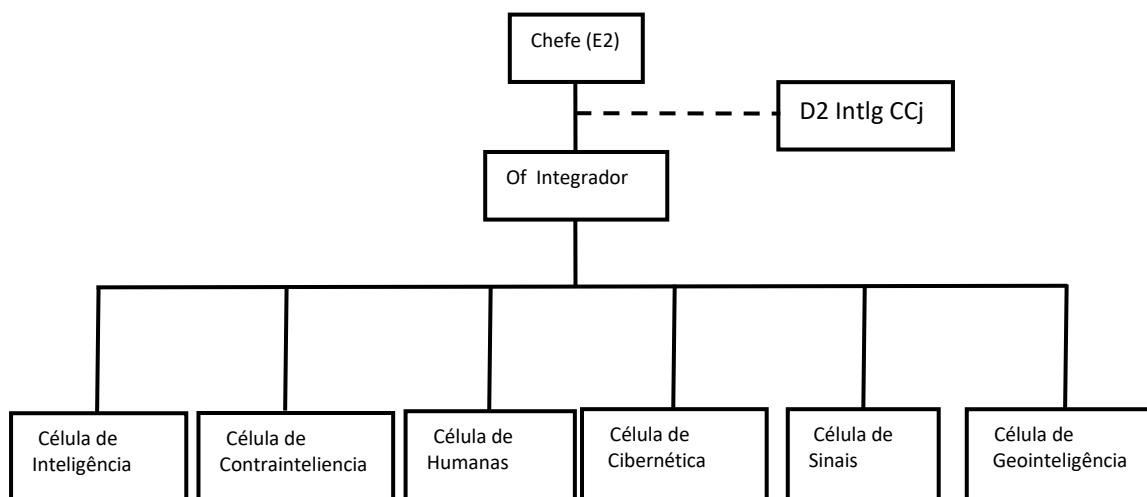


Figura 1 – Organograma da Central de Inteligência ;  
Fonte: CCj

### 3.2.2 Tarefas executadas

A Central de Inteligência iniciava seus trabalhos, sempre que uma Operação FURACÃO<sup>5</sup> era desencadeada, funcionando em forma de rodízio, com pelo menos um integrante de cada célula, a fim de atender com oportunidade as demandas oriundas do CCj, permanecendo nessa condição até que toda tropa retraísse do terreno.

Entretanto, o principal apoio que a central proporcionou se constituiu nos produtos, tais como: estudo de situação, “carômetro”<sup>6</sup>, análise de vínculos e mapas

5 Operação Furacão- Nome dado as operações do Comando Conjunto desencadeadas no Rio de Janeiro, durante o período de GLO e Intervenção Federal. Ao término da Intervenção, o Comando Conjunto já havia cumprido mais de 240 operações Furacão.

6 Carômetro- relação de fotos e características físicas de agentes perturbadores da ordem pública

temáticos impressos ou em arquivos com extensão KMZ<sup>7</sup>. Os quais foram entregues no período anterior às operações, subsidiando o planejamento e a tomada de decisão dos comandantes nos diversos níveis.

Várias apreciações foram realizadas com intuito de fornecer conhecimentos para o Interventor sobre os delitos que ocorriam no Estado do Rio de Janeiro. Entre as mais importantes pode-se destacar: ações do narcotráfico e sua influência nas organizações criminosas; alvos prioritários para redução dos recursos do crime organizado; Identificação das áreas integradas de segurança pública mais críticas; tráfico de drogas no porto do Rio de Janeiro; ilícitos relativos a aparelhos celulares; furto de cabos telefônicos; roubo e furto de veículos no Rio de Janeiro; ações no âmbito do Plano Nacional de Segurança Pública-fase Rio de Janeiro; possibilidades de atividades ilícitas com o uso do modal aéreo; sistema penitenciário do estado do Rio de Janeiro e criminalidade organizada; participação de grupos milicianos no processo eleitoral; furto de petróleo/combustível pelo crime organizado; interferência de organizações criminosas ligadas ao tráfico na política do Estado do RJ; comparativo das apreensões de drogas e das destinações para destruição dos entorpecentes no Estado do RJ, no período anterior e durante a intervenção federal; mercado ilegal de cigarro; extinção da Secretaria de Segurança Pública Rio de Janeiro; resultados atingidos pela intervenção federal; e evolução da violência letal no RJ com a Intervenção Federal.

A Central de Inteligência assessorou a indicação de pessoas para assumir cargos na administração pública do Estado do Rio de Janeiro ligadas ou não à Segurança Pública. Da mesma forma que identificou grupos que se manifestavam contrários ao Plano Estratégico da Intervenção Federal, em particular os considerados agentes perturbadores da ordem pública.

Além das missões relacionadas acima, a Central de Inteligência foi acionada para atuar durante a paralisação dos caminhoneiros e no processo eleitoral de 2018.

### 3.3 OFICIAL DE INTELIGÊNCIA DO CML

O E2 do Comando Militar do Leste trabalhou como assessor de inteligência do Gen Braga Netto, nos moldes da função já desempenhada pelo mesmo. Mas

---

7

KMZ – é um arquivo do Google Earth, daí sua extensão KMZ.



para facilitar o trabalho do D2 do Comando Conjunto, os contatos externos no escalão mais alto foram realizados pelo E2. Desta maneira, as ações de inteligência desempenhadas pelo Comando Conjunto eram controladas exclusivamente pelo D2 e sua equipe.

### 3.4 A COMPANHIA E OS GRUPOS DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA

Para realizar as operações de inteligência, no contexto da intervenção federal, o Comando Conjunto utilizava como peça de manobra, elementos especializados em Inteligência dos Grupos de inteligência da 1ª DE, da AD/1 e da Companhia de Inteligência do Comando Militar do Leste.

O emprego do elemento específico obedecia a uma distribuição física de acordo com a geografia do Rio de Janeiro, assim a área de operações ficou dividida em: região da Vila Militar e Baixada; Niterói, São Gonçalo e adjacências; e o resto do Rio de Janeiro.

No tocante a Inteligência Militar, estes elementos possuíam as melhores técnicas e conhecimentos para a busca do dado negado. Assim utilizavam de todos os meios disponíveis para municiar o Comando Conjunto e o Interventor Federal dos conhecimentos necessários para o cumprimento da missão.

Os dados levantados eram passados para o D2 e para o chefe da Central de Inteligência, que aplicavam os procedimentos para a produção do conhecimento. Este ciclo se repetia tantas vezes quanto fossem necessárias, até se produzir todas as informações necessárias ao cumprimento de cada missão.

### 3.5 AGÊNCIA DE INTELIGÊNCIA NÍVEL BRIGADA E BATALHÃO

As agências de inteligência nível brigada e batalhão com efetivo em torno de 8 (oito) e 4 (quatro) elementos respectivamente, de uma forma geral, não produziam conhecimentos relacionados com o dado negado. Mas como havia uma vasta necessidade de manter as tropas em condições de serem empregadas no mais curto espaço de tempo possível, as agências tinham liberdade de ação para entrar em contato com os batalhões de polícia militar e polícia civil de sua área, desde que não compromettesse o sigilo da operação.

### 3.6 O USO DA AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA

Durante a fase de GLO e Intervenção Federal, a aeronave remotamente tripulada (ARP) Hermes RQ-450 da Força Aérea Brasileira foi utilizada como ferramenta complementar nos reconhecimentos de inteligência nos locais ocupados por grupos hostis, nas diversas comunidades do Rio de Janeiro.

O ARP foi também empregado no acompanhamento *on line* das tropas durante as operações, principalmente na infiltração da tropa, permitindo a antecipação de ações e economia de meios.



Figura 2 - Imagem do ARP na Comunidade da Chatuba. Os pontos assinalados são APOP em fuga.  
Fonte: CCj

No decorrer do emprego da aeronave, as informações eram transmitidas via rádio ou *whatsApp* entre os membros da célula do D2 da Operação Furacão e o OLig do CCj que controlava a aeronave dentro do *shelter* da mesma, visando os direcionamentos necessários em busca do objetivo. Após o término da missão, a equipe responsável pelo ARP providenciava a gravação dos vídeos nas mídias de DVD e encaminhava ao coordenador da operação com a maior brevidade possível.

## **4. A ESTRUTURA DE INTELIGÊNCIA DO ESTADO DO RJ**

### **4.1 CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE DE INTLIG NO RJ**

A atividade de inteligência no Rio de Janeiro não se desenvolvia de forma centralizada. Os grandes eventos em que a cidade esteve envolvida não proporcionou a centralização dos conhecimentos obtidos pelos meios de inteligência do Estado. Assim, a SSINTE (Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Estado de Segurança) que tinha a responsabilidade de obter os dados necessários para prover a segurança pública operava de forma limitada.

Havia uma quantidade razoável de instituições capazes de proporcionarem conhecimentos para a SSINTE, tipo: PMERJ, PCERJ, Secretaria de Administração Penitenciária, Ministério Público Estadual e ISP (Instituto de Segurança Pública). Considerando a capilaridade destes órgãos, seria de se imaginar que a segurança pública teria uma inteligência bem amparada.

### **4.2 SUBSECRETARIA DE INTELIGÊNCIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA**

Durante a Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Segurança (SESEG), por intermédio da Subsecretaria de Inteligência (SSINTE), realizou diversas atividades com o escopo de: pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro; diminuir os índices de criminalidade e aumentar a sensação de segurança da população.

A SSINTE baseou-se na Doutrina de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (DISPERJ), nos seus dois ramos, Inteligência e Contra inteligência, e buscou realizar ações para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera da segurança pública, basicamente orientadas para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para subsidiar as tomadas de decisão do Secretário de Segurança, do Comando Conjunto e do Interventor Federal.

Para atingir os objetivos da Intervenção Federal, a SSINTE procurou promover a integração do Sistema de Inteligência de Segurança Pública; produzir o conhecimento de inteligência para assessorar as decisões em prol da segurança

pública, elaborar cenários prospectivos e avaliações de risco de interesse da Segurança Pública, visando subsidiar os usuários na tomada de decisão.

#### 4.3 A INTEGRAÇÃO COM O CENTRO DE COORDENAÇÃO TÁTICO INTEGRADO

O CCTI foi integrado por elementos de Forças Especiais e Operações de Informação para atuar em missões onde o emprego de capacidades especiais se fizessem necessárias. A coordenação entre estes especialistas e a inteligência militar foi essencial para o cumprimento da missão. As reuniões para troca de conhecimentos sobre determinada área de operações ou determinado grupo de APOP ocorria toda semana. Em casos extraordinários, ou de necessidades imediatas, trabalhos específicos foram conduzidos para detalhar conhecimentos de interesse para o CCTI e para o Comando Conjunto. Para isso, utilizou-se a sala de reuniões da central de inteligência onde se avaliava a missão ou delimitava a atuação de cada força.

Cabe salientar que a atividade de inteligência do CCTI, de caráter militar ou não, foi conduzida pelo oficial de inteligência do CCTI, atendendo ao princípio da compartimentação dos dados.

O CCTI não estava vinculado ao Comando Conjunto, mas mantinha estreita ligação com a inteligência daquele Comando.

#### 4.4 DISQUE DENÚNCIA

No decorrer de cada operação integrada ou não com os OSP, a Célula de Inteligência recebia e tratava as mensagens provenientes do Disque-Denúncia(DD) da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Para acelerar os procedimentos adotados no trato da denuncia, foi escalado dos militares da Célula de Inteligência para acompanhar a chegada dos DD. Tão logo o militar recebesse o dado, este era passado para a célula do D2 que confirmava a veracidade do dado e informava ao Comandante Conjunto, se fosse o caso.

Objetivos de interesse como, por exemplo: local de reunião de APOP e de esconderijo de armas; eram processados e informados ao Cmt Cj, que por sua vez, acionava o Cmt tático da tropa empregada. Assim utilizava-se a Tropa de Busca Imediata (TBI). A TBI era uma tropa de valor quase sempre pelotão, podendo ser de

Companhia, com elementos selecionados para atendimento rápido e eficaz àquela demanda do DD.

Outras necessidades específicas e/ou que poderiam demandar de ordenamento jurídico mais complexo, como por exemplo: mandados de busca e apreensão. Nesta situação, eles eram recebidos e encaminhados aos canais competentes, por intermédio do CML ou do CCj.



Figura 3 - TBI da Bda Inf Pqdt em ação com a PCERJ, após recebimento de DD  
Fonte: CCj

#### 4.5 LIGAÇÕES COM OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Desde o início das operações de GLO, as ações de inteligência militar contaram com o apoio dos órgãos de segurança pública, ainda que, na fase inicial, antes da declaração de intervenção, as ações estivessem limitadas a vontade dos órgãos de segurança pública. O comando da PMERJ e PCERJ não estava focado em ampliar as ações voltadas para o trabalho conjunto no combate ao crime organizado com apoio das Forças Armadas. Foi preciso seis meses ou mais para que estas instituições compreendessem que, o objetivo maior era cooperar com a segurança pública e principalmente diminuir os índices de violência e aumentar a sensação de segurança.

#### 4.5.1 Integração com a PCERJ

O trabalho desenvolvido entre a inteligência da polícia civil e a inteligência militar do Comando Conjunto esteve apoiado nos conhecimentos obtidos nas delegacias de bairro e para as situações especiais nas delegacias especializadas. Cabe salientar que o contato inicial ou o estreitamento de laços já era realizado entre as agências de inteligência de Batalhão e de Brigada. Desta maneira, o bom relacionamento, que já existia, facilitou a troca de informações e o cumprimento da missão.

No tocante aos órgãos de inteligência, além do contato direto nas delegacias, havia um trabalho de campo, utilizando equipamento e pessoal especializado, tanto militar como civil, produzindo conhecimento em situações delicadas, onde o sigilo das ações tornava-se necessário, atuando às vezes com risco máximo para as equipes e para o sigilo da missão.

Antes do desencadeamento de cada operação Furacão, havia uma reunião para acertar detalhes e compartilhar conhecimento que fosse essencial para o cumprimento da missão. A participação neste *briefing* era limitada ao pessoal necessário para o cumprimento da missão. O controle do acesso era fundamental para evitar o vazamento das ações antes do cumprimento da mesma.

#### 4.5.2 Integração com a PMERJ

Da mesma forma que na Polícia Civil, o relacionamento com a Polícia Militar já era bastante estreito, por conta de outras operações como a ocupação do Complexo do Alemão e da Maré. Além disso, a divisão do Estado do Rio de Janeiro em Área Integrada de Segurança Pública (AISP)<sup>8</sup> criou a possibilidade para os Batalhões da Polícia estarem sempre em contato com pelo menos uma unidade militar do Exército bem antes das ações de GLO.

---

8 Área de segurança integrada - foram criadas através da Resolução SSP N. 263 de 27 de julho de 1999, como parte de uma política de segurança pública que tinha por objetivo estreitar a ligação entre as Polícias Civil e Militar, bem como destas com as comunidades abrangidas pelas AISP através da gestão participativa na identificação e resolução dos problemas locais de segurança pública. Nesse sentido, cada AISP foi estruturada com base nas áreas geográficas de atuação das Polícias Civil e Militar([www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=38](http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=38)).

O contato direto das equipes de inteligência dos batalhões da PM com os chefes de inteligência das OM do Exército permitia a troca de conhecimentos, como dados sobre a incorporação dos recrutas até detalhes específicos sobre organizações criminosas no entorno das vilas militares da guarnição carioca.

No decorrer das atividades de GLO, antes da Intervenção, não havia o interesse em sem expandir as operações de inteligência, pois a PMERJ mantinha um perfil baixo no tocante as ações de segurança pública. Ficou claro que ela não tinha interesse em dividir os conhecimentos a respeito de: porque atuar em determinada área, qual era de fato o objetivo; mesmo sendo a Força que mais se beneficiou com a utilização de forças federais na segurança pública carioca.



Figura 4 - Integração PMERJ com as tropas do CCj  
Fonte: CCj

Durante a Intervenção, a situação evoluiu, as ações de emprego da tropa foram providas de inteligência suficiente para o desencadeamento da ação. Havia troca de conhecimentos e os planejamentos de ações não rotineiras, com sua devida antecedência, facilitou as operações de busca do dado negado.

#### 4.5.3 Integração com a Polícia Federal

Havia no Comando Conjunto um policial federal de ligação, mas ele não era um agente de inteligência. As solicitações feitas a este agente seguiam para a

delegacia específica. Sempre que possível, as demandas do Comando Conjunto foram atendidas.

As ações de inteligência com a Polícia Federal começaram da necessidade de que eles tinham de operar com o SARP. A partir deste momento, o setor de inteligência da Polícia Federal percebeu que o Comando Conjunto tinha uma compartimentação de dados segura o suficiente, para manter o acesso ao conhecimento restrito aos elementos envolvidos e necessários.

Não havia o interesse da Polícia Federal em compartilhar os conhecimentos de determinadas áreas do Rio de Janeiro com as outras Forças. Para isso foi destacado um militar da célula do D2 para trabalhar direto com o setor de Inteligência daquela instituição. Desta maneira foram executadas várias missões de inteligência e operacionais restritas ao Comando Conjunto e a DPF. Evitando o risco de vazamento e comprometimento da missão.

#### 4.5.4 Integração com a Guarda Municipal e com a Força Nacional de Segurança

Tanto a Guarda Municipal quanto a Força Nacional de Segurança não possuía um setor de inteligência que fosse capaz de apoiar o Comando Conjunto com conhecimentos específicos de segurança pública.

A Guarda Municipal tinha conhecimento sobre as regiões que eram patrulhadas pelas suas equipes. Os chamados conhecimentos de rua, mais ligados a locais de roubos a transeuntes ou ao varejo de droga na cidade, mas sem muita profundidade.

Já a Força Nacional de Segurança, uma Força que não faz parte do cenário de segurança pública carioca, pouco podia contribuir neste aspecto. Desde a fase de GLO, a FNSP ficou com missões de bloqueio de trânsito em regiões específicas, de forma tão estática que permitiu até roubo de carga próximo a posição de bloqueio.

#### 4.6 MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO POR REGIÃO ESPECÍFICA

Foi amplamente utilizado na região do Salgueiro, em São Gonçalo/RJ. A equipe do D2 realizava o estudo de inteligência, acompanhando a movimentação dos APOP dentro da comunidade, seguindo o princípio da oportunidade, solicitava apoio de um encarregado de Inquérito Policial Militar, já instaurado na localidade, para apurar algum indício de crime militar na região.



O D2 confeccionava a requisição do mandado de busca e apreensão, utilizando o conhecimento de inteligência obtido com o monitoramento da área. O encarregado do IPM assinava a requisição confeccionada e protocolava com segredo de justiça na Justiça Militar da União. Após a distribuição do pedido, os anexos eram entregues pessoalmente para o juiz sorteado, neste momento ocorria o despacho pessoal do D2 da operação com o juiz para explicar a necessidade da expedição do mandado.

#### 4.7 INTEGRAÇÃO COM O MPU/MPM

A integração com o MPU/ MPM foi iniciada diretamente pelo Comandante Conjunto para manter a tropa respaldada em suas ações. Para que isso funcionasse, foi dada ampla liberdade para que estes órgãos acompanhassem todas as atividades realizadas pelo Comando Conjunto. Medida de contrainteligência<sup>9</sup> eficaz para resguardar a tropa e proteger as Forças Armadas em demandas futuras. Fruto deste bom relacionamento, foram instaurados entorno de sessenta IPM, todos com a concordância do MPM. Este passou a destacar um procurador militar para assessorar o Comando Conjunto em como proceder em todos os autos relacionados com as ações do Comando Conjunto.

Para a inteligência militar este bom relacionamento permitiu apoiar os mandados de busca e apreensão em consonância com os IPM instaurados. Sempre seguindo as orientações do MPM.

#### 4.8 INTEGRAÇÃO COM O GRUPO ESTRATÉGICO DA PGR

Foi instaurado pela Procuradoria Geral da União um grupo na esfera federal para combater o crime organizado no Rio de Janeiro.

---

9 Contrainteligência- De acordo com o manual EB 70-MC-10.307 a atividade de Contrainteligência tem por finalidade: impedir que uma força inimiga, real ou potencial, adquira conhecimentos sobre nossa ordem de batalha, situação em material, pessoal, planos, vulnerabilidades e possibilidades; impedir ou reduzir os efeitos das atividades de espionagem, sabotagem, desinformação, propaganda adversa e terrorismo contra as nossas forças; proporcionar liberdade de ação para o Comando; contribuir para a obtenção da surpresa; impedir ou limitar as ações que possibilitem a força inimiga de obter a surpresa; impedir ou neutralizar as ações hostis que possam afetar o potencial de nossas forças; e Induzir o centro de decisão adversário à tomada de decisões equivocadas.

A primeira reunião aconteceu em Brasília e serviu para mostrar o que a PGR esperava do trabalho deste grupo. O foco do grupo não era exatamente inteligência, mas de uma forma geral, havia assuntos em comum.

O que fazia desse grupo de interesse para a inteligência militar era o nível do pessoal participante e suas respectivas instituições. Fazia parte deste grupo membros da PGR, do COAF, da Procuradoria do Estado, da ABIN, GSI, Receita Federal, Polícia Federal entre outros.

## **5. AÇÕES DE INTELIGÊNCIA DO CCJ E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INTERVENÇÃO FEDERAL**

As ações de inteligência do Comando Conjunto foram essenciais para o resultado final da Intervenção Federal. Não havia receita, ou um modus operandi definido. As equipes de inteligência militar aprenderam a lidar com a necessidade de conhecer no dia a dia.

A formação do agente de inteligência focado em operações militares e inteligência de combate serviu como suporte para o emprego desse em ações dentro da realidade carioca, ambiente operacional em que se misturava criminosos e cidadãos comuns.

Saber infiltrar-se no ambiente operacional das comunidades tornou-se essencial para o operador de inteligência militar. Executar ações de inteligência em consonância com as regras do direito, sem perder o apoio da população, mesmo nas situações críticas. Assim a inteligência militar superou os óbices para apoiar a Intervenção Federal na produção de conhecimentos imediatos e de longo prazo, que resultaram na melhoria dos índices de segurança pública.

### **5.1 AÇÕES DE INTELIGÊNCIA DO COMANDO CONJUNTO**

Várias foram as ações de inteligência realizadas pelas equipes que trabalharam em proveito do Comando Conjunto na produção do conhecimento para as operações Furacão. Conforme dito no item anterior, não havia uma regra de como obter o dado negado, pois para cada tipo de missão, os elementos essenciais de inteligência eram distintos, desta maneira a equipe de inteligência tinha que se adaptar a realidade daquela missão específica.



Figura 5 - Revista de pessoal - ampliava o banco de dados de Inteligência  
Fonte: CCj

O banco de dados de inteligência voltada para a segurança pública estava desatualizado ao início da operação de GLO em julho de 2017. Foi preciso a utilização de todas as equipes para buscar o máximo de conhecimentos: de todas as facções criminosas, roubo de carros, roubo a transeuntes, lideranças dentro de presídios, principais líderes comunitários e suas respectivas associações etc. Nesta primeira fase das operações, antes da Intervenção Federal, as ações de inteligência militar ficaram restritas a produção de conhecimentos necessários às operações solicitadas pela Polícia Militar e Polícia Civil.

Havia certa desconfiança sobre o emprego do Comando Conjunto em apoio à Segurança Pública do Rio de Janeiro. O que a PMERJ imaginava como apoio, não estava no rol de intenções da tropa federal, em particular no apoio que era prestado pelas Forças Armadas.

O Estado-Maior da PM queria empregar o Comando Conjunto no patrulhamento da cidade aos moldes do que a PM fazia no passado, conhecido como “patrulhamento Cosme e Damião”<sup>10</sup>. Esta solicitação foi descartada, pois a fração mínima de emprego das unidades do CCj era a esquadra<sup>11</sup>. Coube a inteligência militar identificar os possíveis problemas relacionados à contrainteligência e propor conhecimentos para que esta linha de ação pudesse ser empregada, fato que ocorreu durante a Intervenção Federal.

Com o início da Intervenção, houve maior emprego da inteligência militar fruto da ação direta do Gen Braga Netto, interventor federal, que centralizou as atividades de inteligência entre a SSINTE, o E2 do CML e o D2 do Comando Conjunto. Além

10 Patrulhamento Cosme e Damião - tipo de patrulhamento realizado em duplas por policial militar nas ruas do Rio de Janeiro.

11 Esquadra – Efetivo de militares entre quatro e cinco cabos e soldados, equivalente a metade de um grupo de combate (GC).

deste aspecto, os órgãos de segurança pública já tinham percebido que a intenção das Forças Armadas não era ser protagonista da segurança pública, mas sim um elemento de apoio capaz trazer soluções baseadas em técnicas, táticas e procedimentos.

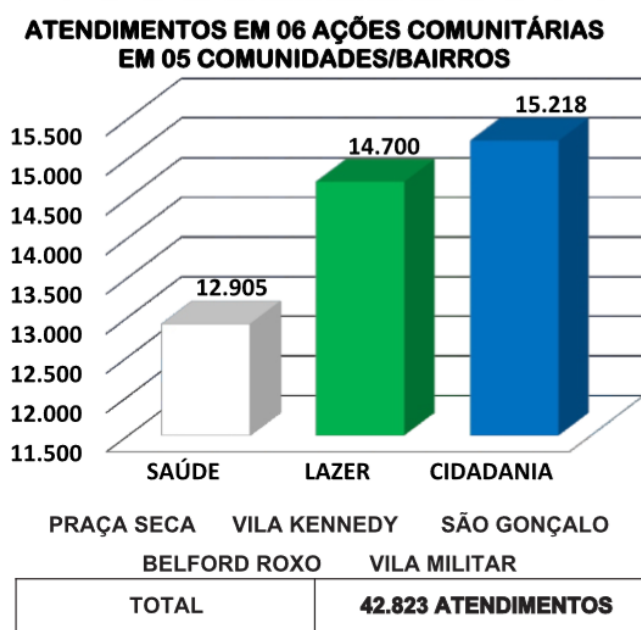
## 5.2 CONTRIBUIÇÕES PARA A INTERVENÇÃO FEDERAL

Neste tópico serão identificados os aspectos que fizeram da Intervenção um caso de sucesso. Cabe salientar que as ações desempenhadas pelo Comando Conjunto sejam elas operacionais ou administrativas aliadas às ações táticas dos órgãos de segurança pública foram os maiores responsáveis pelos níveis de desempenho alcançado durante a intervenção federal.

### 5.2.1 Ação comunitária

A ação comunitária foi uma ação planejada pelo GIF com a execução realizada pelo Comando Conjunto, unidades de logística da 1ª Região Militar, instituições públicas estaduais e municipais.

Foi uma ação estratégica que tinha por finalidade levar o Estado para dentro das comunidades, uma vez que em todas as operações furacão, só havia a participação das forças de segurança. Os moradores das comunidades sempre reclamavam que não adiantava apenas repressão, havia a necessidade de ações sociais que resultassem em bem estar para a população.



A escolha das comunidades obedecia a critérios estratégicos para a operação. Como a Intervenção estava limitada no tempo, havia a necessidade de atuar em localidades onde houvesse apelo social e interesse para o cumprimento de outras missões. Desta maneira as comunidades da Vila Vintém, Salgueiro/Jardim Catarina, Barão (Complexo de Jacarepaguá) e em Belford Roxo, foram as selecionadas para receber a ação comunitária. Desta maneira, as equipes de inteligência militar aproveitaram a proximidade e disponibilidade de ter acesso ao público e ao terreno para levantar dados relativos a organizações criminosas, lideranças do tráfico e ações delituosas diversas.

Os meios de busca sejam humanos ou eletrônicos foram disponibilizados e operaram na região da ação comunitária. Sempre de forma dissimulada, a inteligência militar conseguiu dados relevantes que possibilitou a ação do Comando Conjunto durante o prosseguimento das ações.

Por conta desta facilidade de entrada da inteligência militar nestas comunidades emblemáticas para o tráfico, houve uma quantidade significativa de ações nestas localidades, o que provocou a redução de crimes como: homicídios e tráfico de drogas. Roubo de carros e cargas nas redondezas também sofreram impactos durante a execução das operações furacão nestas localidades aumentando a sensação de segurança para a população local.

### 5.2.2 Reorganização da SSINTE

Durante a Intervenção Federal, a SSINTE produziu e instituiu a Política de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (POLISPERJ) visando definir os parâmetros e limites de atuação desta atividade e de seus executores, a fim de orientar o planejamento e execução desta atividade no Estado do Rio de Janeiro.

A POLISPERJ foi aprovada por ato do Interventor Federal, por meio do Decreto Nr 29, de 26 de outubro de 2018 (Dispõe sobre a política de inteligência de segurança pública do estado do Rio de Janeiro). Ela orientou e determinou a elaboração de outro documento importante para a atividade de Inteligência, a Estratégia de Inteligência de Segurança Pública (EISPERJ).

A Estratégia de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, aprovada por ato do Interventor federal pelo Decreto Nr 34, de 10 de dezembro de 2018, está

atrelada a Política de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e estabeleceu os seguintes objetivos:

- Promover a integração do sistema de inteligência de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro (SISPERJ).
- Produzir o conhecimento de inteligência para assessorar as decisões em prol da segurança pública promovendo a defesa da sociedade; a redução da criminalidade; a defesa contra acidentes; e a sensação de segurança.
- Elaborar cenários prospectivos e avaliações de risco de interesse da segurança pública, visando a subsidiar os usuários na tomada de decisão.

Assim, a SSINTE foi estruturada em 5 (cinco) superintendências: de inteligência, de contrainteligência, de operações de inteligência, de busca eletrônica e de administração. Cabe ressaltar que a superintendência de busca eletrônica tinha por atribuição gerenciar o uso do sistema de interceptação telefônica por meio do Guardiã<sup>12</sup>. O resultado desta reorganização foi testado e aprovado durante a Intervenção Federal.

### 5.2.3 Diminuição dos índices de roubo de carga

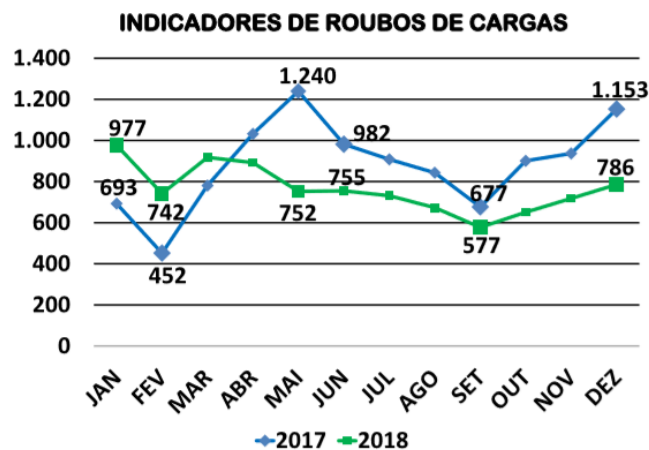
Considerado um dos delitos que mais influenciaram a adoção da Intervenção Federal, o roubo de cargas criou uma completa aversão de empresas e caminhoneiros que trabalhavam no transporte de cargas no Rio de Janeiro.

Para reduzir estes índices, várias ações foram desencadeadas pela inteligência militar, em coordenação com os OSP.

---

12

Guardião – O sistema Guardiã permite monitorar escutas telefônicas aos moldes de uma interceptação eletrônica, também conhecido como grampo telefônico.



Fonte: DRFC

Gráfico 2 – Indicadores de roubos de cargas  
Fonte: Dados DRFC, execução CCj

Inicialmente foram feitas reuniões com algumas empresas envolvidas, desta maneira, foi identificado as vulnerabilidades durante o transporte e entrega das cargas. Foi solicitado as mesmas que aumentassem as medidas de contra inteligência nos trajetos de distribuição da carga e caso houvesse mudança do *modus operandi* das facções criminosas fosse acionado, com urgência, o CCJ/ OSP. Para isso foi montado uma rede de *whats App* com as empresas, Comando Conjunto e OSP.

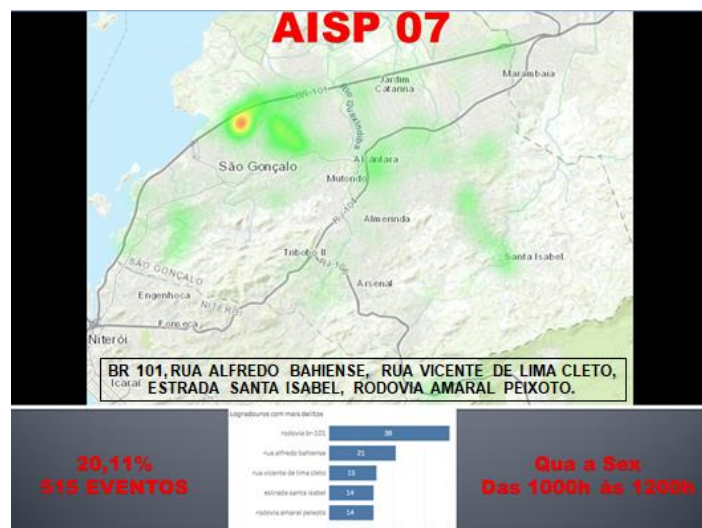


Figura 6 – Exemplo de mancha criminal  
Fonte: CCj

Em seguida, foram identificadas as principais vias onde a incidência do roubo de cargas era mais intenso. De uma forma geral, a mancha criminal ficou

concentrada na BR116 (Via Dutra), BR 101 (nas proximidades da comunidade do Salgueiro e Jardim Catarina), BR 040 e Avenida Brasil.

Foi verificado que, no período do dia em que os crimes são perpetrados, cerca de 80% (oitenta por cento) dos roubos ocorreram na área metropolitana do RIO, durante os dias úteis da semana (segunda a sexta), no período diurno, ou seja, entre as 6 (seis) e 18 (dezoito) horas. Menos de 10% (dez por cento) das ocorrências foram no período noturno, fora da região metropolitana ou nos finais de semana. Esses dados serviram para que a IF focasse seus trabalhos para combater o crime de forma mais pontual, aumentando a efetividade das ações e reduzindo o desgaste da tropa.

Para atender estas demandas foram desencadeadas a operação DÍNAMO, voltadas especificamente para o roubo de cargas e carros.

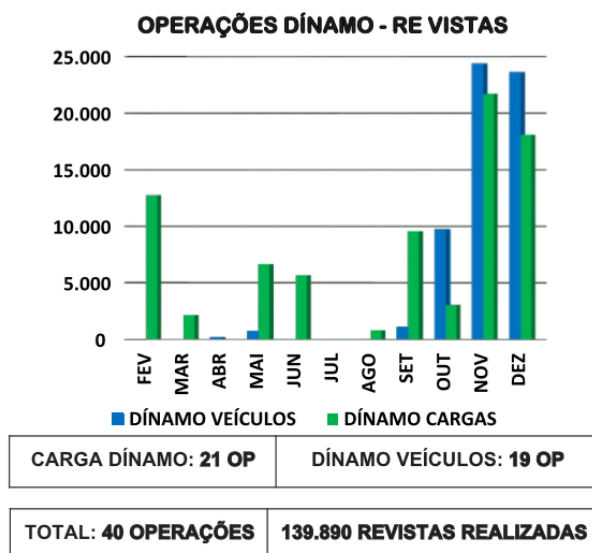


Gráfico 3 – Operação Dínamo  
Fonte: CCj

O prosseguimento das ações permitiu observar que as operações desencadeadas causaram modificações na rotina do roubo de carga. Contudo as ORCRIM não abandonaram este tipo de delito. Eles se adaptaram a nova realidade e mudaram os locais de roubo. Deixaram as principais vias e foram para o local de entrega das cargas, no destino final. Desta maneira o roubo de carga seguiu para os bairros ao invés de ficar nas principais rodovias.

A mancha criminal informada pela inteligência mostrou que os crimes a cavaleiro dos principais eixos de entrada da cidade do Rio de Janeiro sofreu



redução, com destaque para roubos de carga. Mas houve a migração para os bairros, dificultando o controle e ampliando as localidades para execução da operação DÍNAMO.

Para diminuir a incidência deste crime, foi ampliada a execução da operação DÍNAMO para os bairros, localidades comerciais, ao mesmo tempo em que foi solicitado a PMERJ que se intensificasse os patrulhamentos de bairros.

#### 5.2.4 Diminuição dos índices de roubo de carros

A dinâmica do roubo/furto de carros era diferente do de carga. No caso dos carros, de uma forma geral, não obedecia a uma regra clara. Em princípio ele acontecia nos bairros, fora do horário de pico do trânsito, em situação de ausência de policiamento.

Para o criminoso, o elemento surpresa estava sempre presente. Desta maneira se percebesse que uma viatura da policia estava próximo, ele abandonava o objetivo e esperava uma oportunidade melhor.

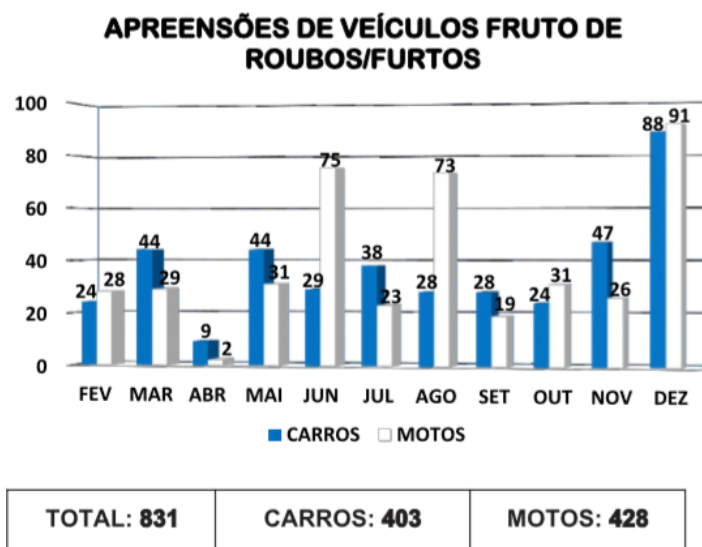


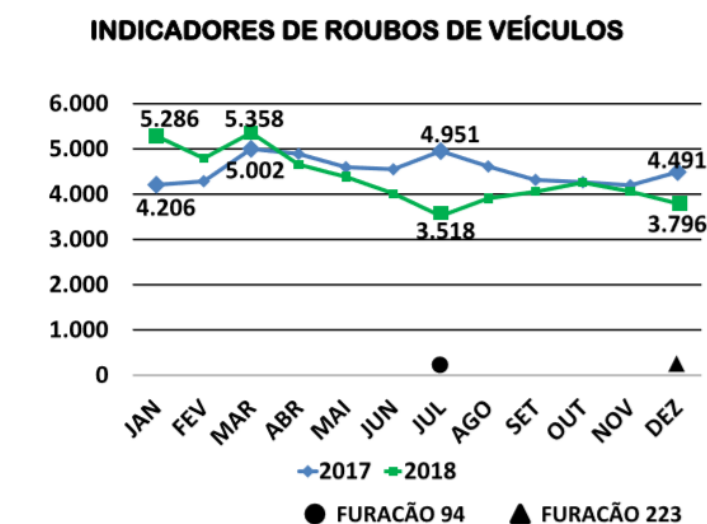
Gráfico 4 – Apreensões de veículos fruto de roubos e furtos  
Fonte: CCj

A inteligência militar analisou os locais onde havia o roubo de carro, foi observado as principais regiões onde este delito ocorria. A conclusão foi que o roubo atendia a duas situações específicas: a primeira hipótese era para a reposição de carros para as facções, neste caso seguia a rotina do roubo/furto isolado, como dito acima. A segunda hipótese era o roubo nas principais estradas e rodovias como

apoio a outros delitos. Neste caso o emprego da violência era maior, às vezes seguido de latrocínio, ou mesmo “balas perdidas”. O veículo era abandonado após a execução da tarefa.

O trabalho de inteligência militar detectou a diferença de atuação ao analisar os carros que foram encontrados, sendo estes fruto de roubos associados a outros delitos.

Para o criminoso, não era interessante ficar com um carro roubado que tivesse participação em outros crimes, pois facilitaria a conexão entre estes delitos, ligando-os com as facções, localidades etc, tornando a pena, em caso de condenação, muito maior. Além do mais, o carro envolvido em delitos múltiplos, encontrado no interior das comunidades, na ausência de um nome específico, levaria a autoria para o nome do chefe da facção onde o veículo foi encontrado.



Fonte: DRFA

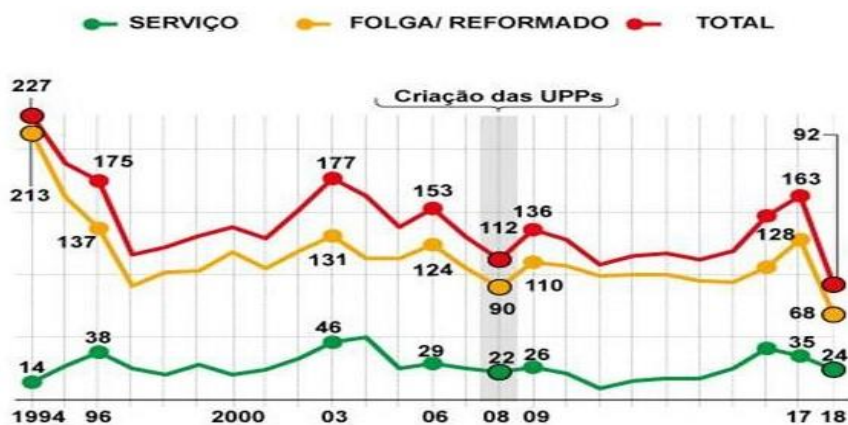
Gráfico 5 – Indicadores de roubos de veículo  
Fonte: DRFA / CCj

Analisando o gráfico acima percebe-se que houve uma considerável redução no número de roubo de veículos. Embora a quantidade ao término de dezembro ainda estivesse alta, representou uma redução significativa que levou as ORCRIM a mudarem sua forma de atuar.

#### 5.2.5 Diminuição de mortes de agentes de segurança pública

De acordo com o Cel PM Wolney Dias Ferreira, durante o período em que ele esteve comandando a PMERJ, a cada três dias, ele recebia a informação de que um policial militar foi morto no Estado.

QUANTIDADE DE AGENTES MORTOS DESDE QUE FOI INICIADA A CONTAGEM



Fonte Jornal Extra

Gráfico 6 – Quantidade de agentes de segurança mortos  
Fonte: Jornal Extra

Foi identificado que a Polícia Militar não estava realizando adestramento regular, possuía uma grande deficiência na qualidade e quantidade de armamento, não utilizava coletes balístico apropriado, grande parte das viaturas estavam sucateadas e não possuía munição suficiente para atender a demanda da Instituição. Antes mesmo da Intervenção Federal, o Comando Militar do Leste já havia doado munição para Polícia nos anos de 2017 e 2018.

Todos os fatores relacionados acima contribuíram significativamente para o incremento de mortes de policiais nos últimos anos. Para que houvesse uma redução nestes índices, seria necessário atuar na contra inteligência da Polícia Militar, reequipar a tropa e realizar o adestramento militar dos batalhões.

No tocante a policias militares integrantes de UPP, buscou-se ampliar as atividades de instrução, com ênfase na pratica do tiro, tendo em vista que a formação deste militares está voltada para um perfil de polícia que não atendia a necessidade do dia a dia em uma comunidade com alta influencia do crime organizado.

O resultado apareceu rápido, houve uma redução considerável de mortes de agentes de segurança pública. Em particular de agentes em serviço, pois o gráfico acima também leva em consideração os policiais que se encontravam de folga ou fora do serviço ativo.

### 5.2.6 Aumento da sensação de segurança

O aumento da sensação de segurança foi buscado em todas as atividades do Comando Conjunto, pois trazer a segurança para a vida do carioca era um dos principais objetivos da Intervenção Federal.



Figura 7 - Patrulhamento das praias da Zona Sul  
Fonte CCj

Várias foram as missões desenvolvidas para tornar realidade este sentimento para a população. Entre elas destaco: a operação de patrulhamento na Zona Sul, a operação dínamo e as ações em comunidades.

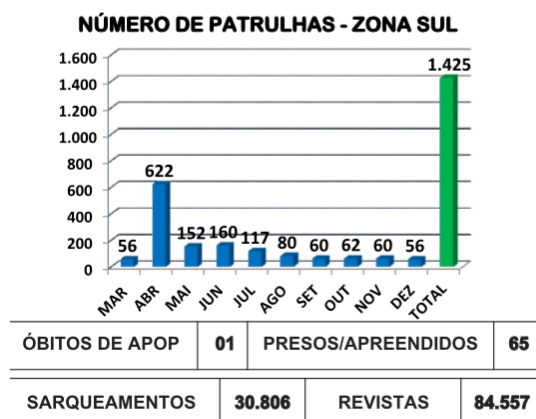


Gráfico 7 – Número de patrulhas na Zona Sul  
Fonte: CCj

Houve aumento das regiões patrulhadas, em particular a os bairros de: Copacabana, Centro da Cidade, Tijuca, Méier e Madureira de acordo com as áreas levantadas pela inteligência militar, o que proporcionou maior segurança para a

população local e diminuiu o roubo/furto a transeunte, em particular os roubo de celulares.

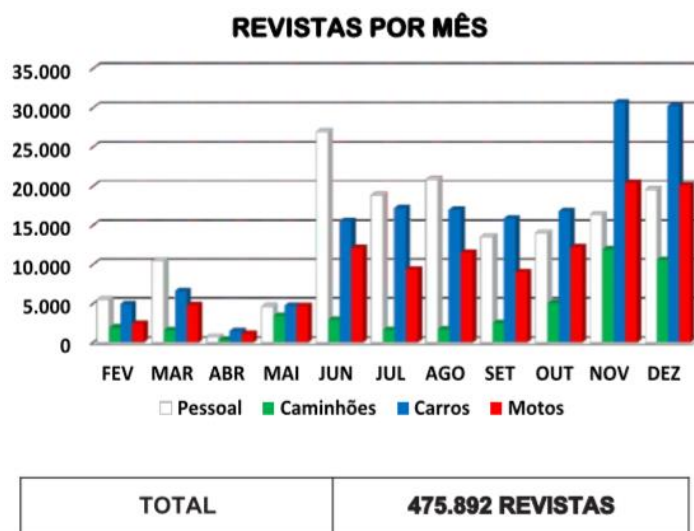


Gráfico 8 – Revista por mês  
Fonte: CCj

Em todo o Rio de Janeiro foi ampliado a presença das Forças de Segurança. Assim, de acordo com o gráfico acima, as ações de: revista de pessoal, de caminhões, de carro e motos foram intensificadas para coibir ao máximo a prática de delitos. Coube à inteligência militar definir os locais de atuação de acordo com a mancha criminal, priorizando as avenidas, estradas e localidades onde havia maior incidência de crimes.

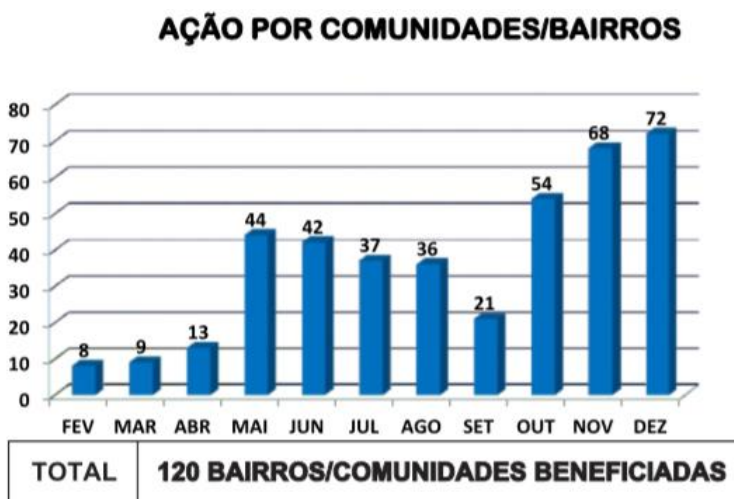


Gráfico 9 – Ação por comunidades/bairros  
Fonte: CCj

A ação em bairros e em particular nas comunidades produziram bons resultados para a redução da violência nestas localidades. Ainda que houvesse crítica por parte de parte da mídia, a população em sua maioria apoiava a atuação das forças militares. Bairros e comunidades onde houve a atuação do Comando Conjunto registrou redução significativa dos índices de violência.

Várias foram as atividades desenvolvidas pela inteligência para que a Intervenção Federal obtivesse êxito. O cumprimento da missão não seria possível sem a plena utilização da inteligência militar, com a participação das agências de inteligência dos órgãos de segurança pública. Desta maneira a Intervenção atuou de forma coordenada e integrada com a inteligência, sem abrir mão desta poderosa ferramenta de solução de problema.

### 5.3 AÇÕES DE CONTRAINTELIGÊNCIA DO COMANDO CONJUNTO

No Comando Conjunto, a atividade de contrainteligência foi desencadeada de acordo com os interesses do Interventor Federal e do comandante conjunto, sempre priorizando a segurança da tropa; do armamento e viaturas; com o objetivo de preservar a ordem pública, a integridade da população e garantir o funcionamento regular das instituições.

Embora as ações do Comando Conjunto envolvessem grandes riscos, tendo em vista o emprego de armamento letal por parte dos militares, a determinação do comandante conjunto foi de risco zero para a população. Desta maneira, todos trabalharam evitando qualquer atividade (em particular disparo de arma de fogo) que colocassem em risco a vida de civis. Para a Intervenção era de capital importância que a população depositasse confiança na tropa.

O estabelecimento de orientações voltadas para o respeito à população e a sua correta compreensão e execução deu segurança aos executantes, constituindo-se em um fator positivo para a atuação do Comando Conjunto.

Junto à população civil, as principais ações de contrainteligência foram executadas para: assegurar o funcionamento dos serviços essenciais sob a responsabilidade do Interventor Federal, controlar vias de circulação, proteger as instalações e infraestruturas críticas, garantir a segurança de autoridades e de comboios, garantir o direito de ir e vir da população, prestar apoio aos OSP ou outras agências; e realizar a busca e apreensão de armas, explosivos etc.

Para o público interno as atividades de contrainteligência foram conduzidas em todos os níveis. A ausência de parte da tropa na condução dessas ações colocaria em risco o cumprimento da missão.

As atividades militares realizadas no âmbito das operações no Rio de Janeiro demandavam estudo, planejamento e organização. Cada militar empregado tinha importante parcela de responsabilidade na esfera de suas atribuições, principalmente no que diz respeito à segurança e integridade dos demais militares participantes e da população residente na área de atuação da operação.

As informações militares relacionadas às operações não deveriam ser compartilhadas com quem não tinha a real necessidade de conhecê-las. Pois tão importante quanto à segurança e integridade dos militares que atuavam nas operações, era não permitir que ocorressem vazamentos de informações relacionados às operações.

O quadro abaixo permite identificar as ações de contrainteligência que foram executadas, sem as quais, o sucesso de toda a Intervenção federal poderia ser prejudicado.

<b>Nr</b>	<b>Atividade de contra inteligência realizada</b>	<b>Proteção / interessados</b>
01	Armamento e munição são materiais de grande valor operacional e econômico para as organizações criminosas e, portanto, requerem por parte das tropas empregadas nas operações medidas adicionais de segurança quanto ao manuseio, armazenamento, controle, transporte. Em função das operações, requer um controle acirrado por parte dos comandantes das pequenas frações do efetivo controle do armamento e da munição.	Segurança do armamento e munição.
02	Atenção às regras de engajamento;	Segurança do pessoal
03	Não utilizar nenhum equipamento eletrônico que possa capturar imagens e ou áudios que não seja o distribuído pelas OM (proibido uso de celular durante as operações);	Segurança do pessoal e da informação
04	Não divulgar imagens, vídeos e ou áudios em mídias sociais, <i>YOUTUBE</i> e não encaminhar para parentes e amigos;	Segurança do pessoal e da informação
05	Não divulgar a pessoas estranhas a sua OM;	Segurança do pessoal
06	Atenção nos deslocamentos motorizados, segurança da tropa e controle da velocidade;	Segurança do pessoal e do material
07	Em caso de qualquer tipo de intimidação, ameaça ou qualquer outro tipo de represaria, informar imediatamente ao seu comandante imediato.	Segurança do pessoal
08	Redobrem a atenção ao entrar e sair no portão principal do quartel ou de entrada dos PNR	Segurança do pessoal e das instalações

09	Caso observem qualquer movimento estranho nas imediações do portão, não abrir o mesmo para entrar. Passar direto, dar uma ou até duas voltas no quarteirão para se certificar que está seguro para abrir o portão e adentrar nas instalações;	Segurança do pessoal e das instalações
10	Quando saírem a pé, evitar a utilização de telefones celulares em vias públicas, em particular nas imediações do portão de acesso às instalações do PNR;	Segurança do pessoal e das instalações
11	Evite comentar, com pessoas que não são de sua estrita confiança, sobre seus afastamentos de sua residência, tais como férias, viagens etc;	Segurança do pessoal e das instalações
12	Verifique a idoneidade da empresa ou da pessoa que irá prestar o serviço na sua residência;	Segurança do pessoal
13	Não jogue no lixo qualquer tipo de documento que contenha informações que o identifique (conta de água, luz, telefone, envelopes de correspondências onde conste seu nome completo, etc.) ou mesmo que contenham informações sobre seus hábitos (fatura de cartão de crédito, notas fiscais, comprovante de pagamento com cartão, etc);	Segurança do pessoal
14	Em caso de movimentação estranha, o morador pode e deve fazer contato com a Polícia Militar para que uma patrulha seja encaminhada ao local. Ligar para o 190.	Segurança do pessoal
15	Atenção especial ao local de guarda do armamento e munição do pessoal de serviço;	Segurança das instalações e do material
16	Guarda do quartel, redobrar a atenção quanto à entrada e saída de pessoal e veículos.	Segurança das instalações
17	Atenção com aglomerações nas imediações da OM em particular do Corpo da Guarda;	Segurança das instalações
18	Todos os militares de serviço devem estar cientes do Plano de Defesa do Aquartelamento.	Segurança das instalações
20	Conhecer as condições das vias e as características de tráfego na região a ser percorrida;	Segurança do pessoal e material
21	Conhecer as possibilidades e limitações das viaturas;	Segurança do pessoal e material
22	Evitar a exposição do fardamento em suas residências	Segurança do pessoal
23	Portar a identidade civil e evitar expor a identidade militar durante os deslocamentos	Segurança do pessoal
24	Não utilizar fotos fardadas para a tela de fundo dos celulares	Segurança do pessoal
25	Não utilizar nos contatos postos ou graduações antes dos nomes em sua lista de contatos nos celulares	Segurança do pessoal e da Informação
26	Proteger a pasta de fotos do celular com senha	Segurança do pessoal
27	Evitar a utilização de vestuário(camisetas, bonés, mochilas, etc) que o relacione com alguma OM.	Segurança do pessoal
28	Evitar a utilização de "jargões militares"	Segurança do pessoal
29	Reforçar as medidas de segurança orgânica referentes ao controle de dispositivos eletrônicos e equipamentos de captura de imagens principalmente celulares e uso de <i>WhatsApp</i> .	Segurança do pessoal e da informação



30	Informações militares relacionadas às operações e ao dia-a-dia militar não deveriam ser comentadas com quem não tem a real necessidade de conhecê-las.	Segurança do pessoal e da informação
31	Repassar aos seus familiares essas recomendações reforçando as suas importâncias.	Segurança do pessoal
32	Não utilizar nenhum equipamento eletrônico que possa capturar imagens e/ou áudios que não seja o autorizado pelas OM.	Segurança do pessoal
33	Não divulgar informações do quartel a pessoas estranhas	Segurança das instalações
34	Os comandantes, em todos os níveis, devem controlar o uso de celular particular durante as operações	Segurança da informação
35	Durante a realização de alguma prisão/apreensão, não fotografar/filmar os militares condutores da ocorrência	Segurança das informações e do pessoal
36	Manter máxima seriedade durante a execução de apreensão/prisão, e não realizar fotos com o material apreendido ou com o cidadão preso.	Segurança das informações e do pessoal
37	Não divulgar imagens relativas à ocorrência	Segurança das informações
38	Reforçar as medidas de controle de armamento, explosivos e munições.	
39	Selecionar o homem certo para cada missão	Segurança do pessoal
40	Prever um tempo de descanso compatível para tropa após cada operação	Segurança do pessoal

A adoção de condutas inadequadas por parte de qualquer integrante da tropa, durante as operações, além de denegrir a imagem da instituição, gerava questionamentos aos comandos enquadrantes, proporcionava a veiculação de notícias desfavoráveis por parte da mídia e podia causar responsabilização administrativa e criminal ao militar envolvido.

Ainda foram produzidos dois planos de dissimulação que atendiam as organizações militares e principalmente aos OSP, tendo em vista a ocorrência de vazamentos nestas instituições.

Todas estas ações foram de grande importância e contribuíram para que o Comando Conjunto cumprisse sua missão, sem nenhuma morte de civis inocentes; sem extravio de armamento ou dano grave a suas viaturas e equipamentos.

## 6. CONCLUSÃO

A Intervenção Federal, restrita à Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, foi concluída em 31 de dezembro de 2018. Em pouco mais de dez meses, o Interventor teve total poder para conduzir a segurança pública fluminense, controlando os órgãos de segurança pública do Estado.

Não há dúvidas de que o comando das ações em todos os níveis contou com bons chefes militares, mas em particular, a liderança desenvolvida pelo Interventor

Federal, pelo Comandante Conjunto, pelo Secretário de Segurança e pelo Chefe do gabinete do GIF, facilitou a execução dos trabalhos de inteligência, em particular no tocante a liberdade que os órgãos e agências tiveram para desenvolver seus trabalhos.

A atividade de inteligência teve uma importância marcante e fundamental durante o decorrer da intervenção. A integração do Sistema de Inteligência de Segurança Pública, a confecção da Política de Inteligência de Segurança Pública, a elaboração da Estratégia de Inteligência de Segurança Pública e a reestruturação da Subsecretaria de Inteligência permitiram o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dessa atividade.

A segurança pública não é um problema específico do Rio de Janeiro, outros estados também sofrem com este problema. Contudo, a violência assumiu papel de destaque não sendo controlada, mesmo com a presença dos grandes eventos sediados pela capital carioca, como a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e Olimpíada / Paraolimpíada Rio 2016.

Em síntese, não havia, antes da Intervenção Federal, um planejamento para que os OSP fossem empregados obedecendo a um padrão mínimo de qualidade. A ausência de adestramentos e a escassez de meios, aliada a deficiência na formação dos policiais, em particular aos que compunham as guarnições das UPP, desestimulou as instituições de segurança que realizavam suas atividades sem obter êxito.

A ausência de repressão ou diminuição no combate aos ilícitos provou uma expansão das organizações criminosas por todo Estado. As ORCRIM se espalharam. Hoje não há bairro que não tenha a presença de ações das facções criminosas.

Desta maneira a Intervenção federal foi uma janela de oportunidade para que as instituições de segurança carioca retificassem seus *modus operandi* e obtivessem melhoria nos equipamentos e viaturas para atender a demanda por segurança da cidade.

A atividade de inteligência foi uma das ferramentas disponíveis para que a Intervenção Federal desse resultado. Sem ela, a probabilidade de êxito seria muito pequena, aumentando a possibilidade do insucesso em todas as frentes.

Pela forma com que foi conduzida a Intervenção, considerando a presença de grandes efetivos de militares e o método como estes trabalham, deduz-se que todas

as seções utilizaram inteligência ou contra inteligência no desenvolvimentos de suas rotinas.

Ao analisar os resultados da Intervenção, baseado apenas em dados tangíveis ao término do ano de 2018, verificou-se que alguns índices de violência foram diminuídos.

Um índice bastante importante que necessitava ser diminuído, pois implicava no moral da tropa da PMERJ foi a quantidade de policiais militares mortos durante o ano. De acordo com o controle do Comando Conjunto, este índice caiu cerca de 43% quando comparado entre os anos de 2017/2018.

Motivados pela Intervenção, aliado ao pacote de melhorias que estava sendo preparado para os OSP, as polícias militares e civil buscaram atuar dentro de regras de engajamento que privilegiassem a segurança da tropa e dos civis. Desta maneira, naturalmente foi conseguido diminuir a quantidade de agentes de segurança mortos.

Em todas as rotinas do Comando Conjunto a atividade de inteligência teve prioridade, assim a missão foi cumprida e nos dez meses de emprego das Forças Armadas no cumprimento da Intervenção, não houve nenhum civil que tenha morrido por dano colateral.

O Comando Conjunto realizou suas missões alicerçadas pela inteligência militar e o resultado não poderia ser diferente, houve aumento na sensação de segurança e diminuição nos índices de violência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Camila de Macedo. **As estratégias internacionais de prevenção à violência em massa e a “nova guerra” no Darfur**. São Paulo, 2013.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Gabinete de Intervenção Federal. **Diretriz de Planejamento da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

\_\_\_\_\_. Casa Civil da Presidência da República. Gabinete de Intervenção Federal. **Plano Estratégico da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (2ª Edição)**. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

\_\_\_\_\_. Casa Civil da Presidência da República. Gabinete de Intervenção Federal. **Plano de Preparação da Transição Administrativa e Operacional na Área de Segurança Pública do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

\_\_\_\_\_. Casa Civil da Presidência da República. Gabinete de Intervenção Federal. **Plano de Gestão de Riscos**. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**; Promulgada em 5 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto Presidencial nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018. **Decreta Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública**. Brasília, DF, 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre**. Brasília, DF, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Catálogo de Capacidades do Exército**. Brasília, DF, 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Normas para a elaboração, gerenciamento e acompanhamento de projetos no Exército Brasileiro (EB20-N-08.001), 2ª Edição/2013**.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento do Portfólio e dos Programas Estratégicos do Exército Brasileiro (EB10-N- 01.004), 1ª Edição, 2017**.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de Carvalho e SILVA, Maria do Rosário de Fátima. **Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios**. R. Katál., Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2011.

DALLA COSTA, J. M. P.; NEVES, L. P. “Prevenção de conflitos – Construção de Mecanismos de Segurança Regionais”. Em: BRIGAGÃO, C. e MELLO, V. de C. **Diplomacia Cidadã**. Rio de Janeiro: Gramma, 2006, pp. 29-46.

PLATT, Washington. **A Produção de Informações Estratégicas**. Tradução: Maj Álvaro Galvão Perreira e Cap Heitor Aquino Ferreira. Biblioteca do Exército: Livraria AGIR Editora. Rio de Janeiro, 1967.

SOARES, Luiz Eduardo. **A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas**. Estudos Avançados 21 (61), 2007.

<http://cristinapanella.com.br/o-que-e-reputacao>, 03/04/2019 2030h.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1895770->, 04/04/19 2100h.